

# O Brasil e os primeiros 500 anos de globalização capitalista

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA\*

---

**Resumo:** Avaliação, segundo uma perspectiva histórica, do processo de inserção econômica internacional do Brasil no contexto da globalização capitalista – são enfatizados o baixo coeficiente de abertura externa, em termos de comércio exterior, e a interdependência ainda relativamente modesta da economia brasileira com a economia mundial.

**Abstract:** Assessment of the process of international economic insertion of Brazil, in the context of the capitalist globalization, according to a historical approach – emphasis are put on the insufficient degree of commercial openness, and the modest interdependence of the Brazilian economy vis-à-vis the world economy.

**Palavras-chave:** Globalização. Relações econômicas internacionais do Brasil. História econômica.

**Key words:** Globalization. International economic relations of Brazil. Economic history.

---

## Introdução

A inserção internacional do Brasil, no decorrer dos primeiros cinco séculos de sua existência enquanto “território produtivo” inserido na economia mundial, passou por diferentes fases, cujas características foram dadas tanto por fatores intrínsecos como, na maior parte das vezes, por elementos extrínsecos à sua organização social e humana. Parece claro, à maior parte dos observadores, que os primeiros fatores tiveram maior influência no período que precede à existência do Brasil enquanto nação independente, mas também há os que argumentam que, na atual fase da

---

\* Doutor em Ciências Sociais, diplomata. E-mail: [pralmeida@brasilemb.org](mailto:pralmeida@brasilemb.org); <http://pralmeida.tripod.com>

globalização, o Estado é apenas formalmente independente, tendo perdido muito de sua autonomia para regular a vida econômica ou para estabelecer as regras segundo as quais são efetivados os fluxos transfronteiriços de bens, serviços e capitais. Daí a demanda, em grande medida politicamente motivada, por uma “globalização soberana”, que significaria a preservação de controles estatais, ou pelo menos nacionalmente embasados, sobre os grandes vetores das relações econômicas internacionais do País, com a recusa conseqüente dos princípios e diretrizes mais comumente identificados com as entidades emblemáticas da globalização contemporânea (FMI, BIRD, OMC).

O presente texto não pretende apresentar uma discussão conceitual ou política sobre o atual processo de globalização e suas implicações para o Brasil, tema já enfocado pelo autor em alguns de seus trabalhos anteriores (Almeida, 1999a, b, c, 2000a, b, c). A intenção é, preferencialmente, a de identificar as grandes linhas da inserção econômica internacional do Brasil nos 500 anos decorridos desde sua constituição enquanto formação social claramente identificada no contexto geopolítico do sistema mundial dominado pela economia capitalista européia. Com efeito, essa inserção pode apenas ser vista a partir de uma perspectiva delimitada pela história do desenvolvimento econômico capitalista visto no contexto da longa duração. O processo de globalização é visto como constituído de três grandes “ondas”, sucessivas ou cumulativas, com alguns períodos de *stasis* ou de interrupção, seja por motivos econômicos, seja, mais freqüentemente, por razões de ordem política e militar. Ele se desenvolve, inicialmente, no quadro das expansões ultramarinas européias, coincidindo com a era do mercantilismo, conhece um notável impulso sob a égide do capitalismo “manchesteriano” – quando a Inglaterra, fortalecida pela Revolução industrial, domina o período de *laissez-faire* da industrialização capitalista – e passa por uma interrupção temporária, a partir da primeira metade do século XX, sob o impacto da “segunda Guerra de Trinta Anos” de 1914 a 1945, das crises econômicas dos anos 1930 e do desafio socialista ao modo de produção capitalista, este até praticamente os anos 1990. A terceira grande “onda” da globalização capitalista se desenvolve atualmente e coincide com a ausência material e ideológica de qualquer alternativa, para todos os efeitos práticos, ao sistema de economia de mercado e de democracia formal.

O Brasil, como se constatará no trabalho, participou muito pouco, até agora, dessas três ondas de globalização, tendo sido antes influenciado passivamente por elas do que constituiu um

parceiro ativo na definição de suas grandes linhas de desenvolvimento. Essa condição é de certa forma inevitável, considerando-se sua posição relativamente marginal no conjunto da economia mundial, como de resto sua condição marginal, com o resto da América Latina, nos grandes eixos políticos das relações internacionais. O material de referência incluído no final do trabalho (tabelas estatísticas e quadro analítico das etapas das relações econômicas internacionais do Brasil) tem o objetivo de complementar, com elementos fatuais quantitativos ou com uma breve descrição dos processos estruturais mais significativos, a discussão necessariamente sumária que aqui se empreenderá sobre a emergência original, a afirmação progressiva, o desenvolvimento e a reestruturação atual da formação econômica brasileira no quadro das grandes forças econômicas, políticas, militares e sociais que, atuando conjuntamente (ainda que não de forma coordenada), moldaram sua inserção internacional, a partir da época das grandes descobertas dos séculos XV-XVI até a crise e transformação atual do sistema de Bretton Woods, que epitomiza a própria essência do sistema liberal-capitalista no último meio século. O quadro sinótico sobre as relações econômicas internacionais do Brasil entre os descobrimentos e a atualidade, em especial, deve ser visto como um esforço analítico de síntese sobre esse longo itinerário de desenvolvimento no quadro do sistema econômico internacional.

### **A globalização mercantilista: as grandes descobertas e a expansão dos séculos XVI-XVIII**

A globalização atual tem início, de verdade, no momento em que o comércio internacional deixa de ser simplesmente mediterrâneo ou báltico (isto é, de “cabotagem”) para se tornar atlântico, índico ou simplesmente oceânico. Esse comércio cessa, portanto, de ser regulado ou intermediado preferencialmente pelo ducado veneziano e pelo florim florentino, para ser sustentado, cada vez mais, pelo maravedi espanhol e pelo rixdollar holandês, antes de ser dominado, no século XIX, pela libra britânica e, no decorrer do seguinte, pelo dólar americano, que passa agora a sofrer a competição do euro, uma moeda do século XXI. O Brasil é incorporado à – na verdade emerge para a – economia mundial nessa conjuntura histórica dos grandes descobrimentos e da formação dos primeiros impérios coloniais, processo dominado, nessa primeira fase, pelos dois reinos ibéricos, concorrentes na busca de novos territórios. Mas, à diferença talvez de alguns territórios sob dominação

espanhola, a colônia portuguesa da América seria uma peça menor no sistema econômico mundial dos séculos XVI e XVII, com a possível exceção do mercado mundial do açúcar, que mobilizou sobretudo capitais holandeses, mais do que portugueses ou espanhóis.

Logo após a aventura de Colombo, portugueses e espanhóis são responsáveis por uma espécie de antecedente histórico da conferência de Ialta, representada pela primeira divisão do mundo operada pelo Papa Alexandre VI em 1493 e oficializada bilateralmente pelo tratado de Tordesilhas do ano seguinte. Portugal começou a ficar rico ao estender suas atividades além de seus próprios horizontes, combinando golpes de audácia e monopólios lucrativos (escravos da África); mas, o sucesso foi efêmero e, depois da breve recuperação trazida pelo ouro das “minas gerais”, Portugal decaiu em face da concorrência de holandeses e britânicos. A ascensão e o declínio da Espanha foram, talvez mais alongados do que os de Portugal, mas são igualmente compreensíveis e inevitáveis, uma vez que, a despeito da riqueza trazida pela conquista e exploração brutal do Novo Mundo, o país nunca foi de fato economicamente desenvolvido, pelo menos não como as suas “províncias unidas” dos Países Baixos.

A unificação do comércio marítimo mundial – mediterrâneo, hanseático, báltico, atlântico e extra-europeu – foi feita em grande medida pelos mercadores de Bruges, de Antuérpia, grosso modo, pelos holandeses que dominavam as províncias unidas dos Países-Baixos setentrionais. O “milagre econômico” holandês do séculos XVI e XVII e o “desconforto da riqueza” – como caracterizado por Simon Schama – daí decorrente têm muito a ver com a “acumulação primitiva” permitida por um tipo de mercantilismo extremamente ativo no comércio de mercadorias e nas finanças, mas também são explicáveis pela alta taxa de poupança interna e pela existência de juros baixos, ademais da construção naval e da oferta de produtos da indústria doméstica. O crescimento e a riqueza dos Países Baixos têm sobretudo a ver com trabalho intenso, correta aplicação de capital e inovação tecnológica, que podem ser importados (como ocorreu no caso dos judeus ibéricos e dos huguenotes franceses, refugiados numa terra de tolerância religiosa). O fator mais importante na constituição de um centro econômico, isto é, uma estrutura social suscetível de criar uma dinâmica própria de inovação e de crescimento e de gerar a sua própria “periferia explorável”, não é a exploração colonial ou a simples extração de riqueza alheia, mas sim a capacitação social própria a essa estrutura, que precisa gerar uma “tecnologia da exploração”, antes de ser

capaz de fazê-lo na prática. Em outros termos, ser "dominante", na economia mundial, depende muito mais de fatores internos do que externos, o que depende, obviamente, da educação e da formação técnica: ora, os holandeses sempre valorizaram a boa formação do povo.

Os holandeses, em pleno século XVII, foram pioneiros nos mercados de "futuros", de "opções", títulos, bônus governamentais e na especulação com produtos de base, demonstrando mais uma vez que nossa própria época não inovou em nada. Em pleno mercantilismo, os Estados Gerais permitiam a livre circulação de metais preciosos, escapando do "complexo de Midas" que afetava vários outros países, em especial a Espanha e Portugal. Persiste um debate entre "braudelianos" e outros historiadores sobre as fontes principais dessa riqueza, se o comércio de *commodities* ou de "bens de luxo", mas o fato é que a primazia holandesa no comércio mundial foi praticamente total de 1585 a 1740, cedendo terreno depois a outros competidores em virtude de vários golpes decisivos: o *Navigation Act* britânico de 1651, três guerras anglo-holandesas e a guerra tarifária contra a França colbertista, culminando com a invasão francesa da Holanda em 1672. Depois da ascensão de Guilherme de Orange ao trono britânico, em 1688, banqueiros holandeses instalaram-se em Londres, precipitando talvez a transferência de hegemonia financeira e comercial.

O Brasil foi marginal para a economia mundial durante a maior parte desse período, mas adquiriu cada vez maior importância para a economia portuguesa (e para as rendas da Coroa), que passa a funcionar progressivamente no quadro financeiro e comercial britânico, em especial depois do tratado de Methuen (1703) e da Revolução francesa. Pelo tratado de Methuen, Portugal se obrigou a admitir, para sempre, os tecidos britânicos, e a Inglaterra, também para sempre, os vinhos portugueses, mediante o pagamento de 2/3 dos direitos incidentes sobre os vinhos franceses. A Inglaterra podia, a qualquer momento, suprimir a preferência dada aos vinhos lusos, pela simples modificação da tributação diferencial, mas Portugal não dispunha dessa mesma faculdade. Esse tratado, depois de um século de vigência, foi renovado pelo de 1810, que Portugal contraiu numa situação de completa dependência político-diplomática e militar em relação à Grã-Bretanha, logo depois da transferência da Corte para o Brasil, no seguimento das invasões napoleônicas.

A despeito das sérias limitações impostas ao desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo industriais, pela metrópole colonial, o Brasil diversificou progressivamente sua base produ-

tiva, incorporando novas mercadorias (algodão, tabaco, couros) à monocultura açucareira do primeiro século de ocupação do território. O tráfico negreiro deu uma primeira base “nacional” (sobretudo na Bahia e no Rio de Janeiro) ao processo de acumulação de capitais que, juntamente com as economias das minas, permitiu a diferenciação dos interesses sociais e políticos em relação aos da metrópole, base essencial do processo de autonomia política que seria facilitado pela instalação da Corte a partir de 1808.

### **A globalização da Revolução Industrial: manufaturas e novos impérios coloniais**

A Grã-Bretanha é, evidentemente, o exemplo clássico da segunda fase da globalização, alcançando a primazia econômica mundial como resultado de um rápido processo de crescimento no comércio, na indústria e nas finanças. O itinerário do *bourgeois conquérant*, versão britânica, começa com sua ascensão no comércio internacional, nos séculos XVII e XVIII, seguida de um século de dominação nas finanças e assume uma tendência irresistível com a primeira Revolução industrial (de 1760 a 1830). Essa história de sucesso também passa pela adoção do *gold standard* logo depois das guerras napoleônicas – mas o Bank of England já tinha sido fundado em 1694 – e pela do livre-cambismo em 1846 (com a abolição das *Corn Laws*), culminando com o apogeu tecnológico da Grande Exposição do Palácio de Cristal em 1851. Mas a hegemonia industrial britânica seria logo depois contestada pela Alemanha e pelos Estados Unidos, sobretudo no curso da segunda Revolução industrial, caracterizada pela química (inclusive petróleo) e pela eletricidade, terrenos nos quais esses dois países se destacariam sobremaneira.

São as manufaturas britânicas, alemãs e americanas, convenientemente apoiadas por canhoneiras quando tal fosse necessário, que derrubariam as “muralhas” dos impérios bárbaros do Oriente, dando início ao segundo grande processo de formação de impérios coloniais. Os Estados Unidos se abstiveram de conquistas territoriais diretas (com algumas exceções no Caribe e no Pacífico), mas sua expansão econômica foi igualmente decisiva para a disseminação do modo de produção capitalista em escala verdadeiramente universal. No final do século XIX, a economia mundial passa a ser unificada num grande sistema de circulação de bens, serviços e capitais que só seria igualado um século depois, após o “pequeno intervalo” de setenta anos de desafio socialista à univer-

salização capitalista. De fato, os novos impérios coloniais e as preferências econômicas (sobretudo de ordem tarifária) que são estabelecidas com as dependências periféricas européias não chegam a constituir, verdadeiramente, uma economia global, pois que conformando diversas “reservas de mercado” operando em favor das metrópoles, uma espécie de repetição extemporânea do sistema de “exclusivo colonial”. Por outro lado, o *laissez-faire* comercial de meados do século XIX dá lugar, poucas décadas depois, a um novo protecionismo tarifário, sob pretexto de estímulo à “indústria infante” *à la List*, quase que numa repetição, também, do velho mercantilismo dos séculos XVI a XVIII. A Alemanha e os Estados Unidos foram campeões desse tipo de prática, muito embora não se possa dizer que foi o protecionismo comercial a base de desenvolvimento de seus respectivos sistemas industriais, constituídos a partir de sistemas integrados de inovação, de financiamento e de comercialização.

A estrutura da economia brasileira não era muito diferente, no momento da independência política, daquela que tinha caracterizado o sistema produtivo colonial nos três séculos anteriores: um sistema de *plantation* integrado ao mercado mundial pelo fornecimento de *commodities*. Tratava-se, em todo caso, de uma economia vinculada à economia mundial, o que não se aplicava ainda ao Japão “feudal”, que tinha permanecido totalmente fechado ao exterior desde praticamente as primeiras explorações portuguesas do século XVI. Não obstante seu fechamento ao mundo até 1870, o Japão nunca foi, contudo, colônia de exploração como o Brasil, que sempre acumulou “para fora”, mesmo depois de 1822. Em todo caso, a inserção econômica do Brasil era bem superior à do Japão, já que o País exportava, em 1870, cerca de 7,8 dólares per capita, contra apenas 40 centavos de dólares para o país asiático (Maddison, 1995). O processo de abertura para o exterior, no seguimento da “revolução Meiji”, foi muito rápido no Japão, com a adoção dos sistemas de inovação tecnológica, de produção industrial, de organização militar e administrativa copiados do Ocidente, a ponto de garantir-lhe uma primeira vitória contra a China em 1895, seguida de outra frente à Rússia na guerra de 1904-1905.

Nessa fase de globalização dominada pela libra britânica, o Brasil acompanhou mal o dinamismo das exportações mundiais, cujo crescimento foi importante no decorrer desse período. Praticando uma política comercial que no geral era livre-cambista, o Brasil fixava seus níveis tarifários mais para fins de arrecadação fiscal do que num sentido protecionista e industrializador; a especialização agrária no café e em alguns outros poucos produtos

primários (de baixa elasticidade-preço) impediu, por outro lado, a necessária diversificação de sua pauta exportadora, a despeito mesmo de um notável esforço de “promoção comercial” no período. Não obstante os elevados saldos comerciais obtidos a partir da ascensão do café (e da borracha) no mercado mundial, a maior parte dos valores assim liberados destinava-se ao pagamento do serviço da elevada dívida externa acumulada, bem como à cobertura dos investimentos estrangeiros realizados no Império. A dependência da renda nacional em relação às exportações representava fragilidade econômica, pois que submetida à deterioração dos termos do intercâmbio e desorganizando a economia em momentos de queda dos preços mundiais ou de contração dos mercados.

### **A globalização em compasso de espera: crises e recessão mundial no século XX**

O período de entre-guerras, assim como o imediato pós-segunda-guerra são atípicos, no sentido em que os equilíbrios econômicos e a interdependência global capitalista são rompidos por conflitos na Europa e na Ásia, pela revolução socialista na Rússia, pela crise de 1929, pela depressão e o protecionismo dos anos 30, pelo fechamento de muitos países (e quase toda a América Latina) ao mercado mundial, enfim, por uma quebra geral da velha ordem liberal, com generalização do intervencionismo e a interrupção dos fluxos financeiros. Ocorre no período uma enorme concentração de riqueza nos Estados Unidos, que tinham emergido como a grande potência econômica dominante, mais ainda que ao término da Primeira Guerra Mundial. Em dois séculos de vida independente, o ciclo nacional americano passou de um pequeno país isolado a uma nação líder na economia mundial, tendo inovado na produção de massa já na passagem do século XX e contribuído para a liberalização das finanças e do comércio internacional no segundo pós-guerra.

O Brasil continuou a ostentar, economicamente, um baixo coeficiente de abertura externa, processo ainda mais agravado no meio século (de 1930 a 1980) de fechamento internacional no seguimento da crise de 1929 e da depressão dos anos 30. Com efeito, como evidenciado na Tabela Estatística, o Brasil conhece uma “involução” ao longo do período, saindo de um percentual das exportações em relação ao PIB equivalente a mais do que o dobro da média mundial em 1870 (11,8% contra 5,0%) para cerca de um terço daquela média em 1992 (4,7% para 13,5%), o que denota uma

considerável perda de dinamismo, uma vez que o comércio exterior é, reconhecidamente, um dos mais poderosos indutores do crescimento econômico, da modernização tecnológica e dos ganhos de competitividade.

É verdade que, nesse período, o Brasil conseguiu diminuir o diferencial de renda em relação aos países desenvolvidos, tendo gerado um processo de crescimento auto-sustentado, pelo menos até os anos 1970. Mas, também é verdade que a aceleração do crescimento coincidiu com a aceleração do fenômeno inflacionário, fenômeno que explica, em grande medida, ao lado do problema da escolarização da mão-de-obra, os níveis anormalmente elevados de concentração de renda. O debate mais significativo a respeito da inserção internacional do Brasil nesse período tem a ver entretanto com a chamada teoria dos choques adversos, isto é, o fechamento externo, que, na interpretação clássica de Celso Furtado e da escola cepaliana, favoreceria o desenvolvimento industrial. Em outros termos, tanto a Primeira como a Segunda Guerra mundiais, assim como a depressão dos anos 1930 atuaram como estímulo ao processo industrializador, fenômeno que, se confirmado empiricamente, viria a trazer água ao moinho dos adeptos da "globalização soberana" deste princípio de século XXI, que insistem na ênfase ao mercado interno.

Economistas historiadores que discordam da teoria dos choques adversos, como Peláez e Suzigan, reconhecem que, efetivamente, o Brasil contornou a Depressão da melhor forma possível, mas que "difícilmente se poderia considerar aqueles anos como período de progresso ou [uma] confirmação empírica das vantagens do modelo latino-americano de crescimento introvertido e muito menos como justificativa para maiores controles governamentais da atividade econômica" (1981, p. 214). Como eles argumentam, no período anterior à Segunda Guerra, de modo geral, a defesa do café foi uma política consistentemente seguida pelos diversos governos republicanos, antes e depois da crise de 1929 e da revolução de 1930: essa defesa "concentrou artificialmente a renda no setor cafeeiro em detrimento dos outros ramos da atividade econômica, constituindo-se num fenômeno social lamentável" (*idem*, p. 344).

No que se refere à crise de 1929 e a depressão que se seguiu, esses autores demonstram que o Brasil sofreu menos que os Estados Unidos e sua recuperação foi mais rápida. De toda forma, o Brasil já tinha experimentado uma contração econômica durante os anos 20, resultado de políticas restritivas, e quando, nos anos 30, os controles cambiais dificultaram as importações, as

indústrias já instaladas receberam um estímulo para o crescimento da produção. Eles negam, assim, algumas virtudes proclamadas da teoria da industrialização substitutiva, preferindo ver o fenômeno como uma espécie de “acidente histórico”. No geral, os períodos “extrovertidos” foram mais favoráveis à industrialização do que os “introvertidos”, estes fortemente marcados pela redução nos níveis de intercâmbio, inclusive importação de tecnologia e *know-how*. “Na verdade, um dos fatores do atraso do Brasil reside na ocorrência dos períodos adversos. O processo de modernização e industrialização do País já tinha começado em condições de expansão do comércio internacional e é possível especular que na ausência das guerras e da Grande Depressão o Brasil teria progredido em ritmo muito mais acelerado” (Peláez-Suzigan, 1981, p. 350). A despeito disso, o fato é que, no período posterior à Segunda Guerra, o Brasil segue, com algumas exceções em anos isolados, “políticas típicas de desenvolvimento introvertido”. A substituição de importações foi premiada e as exportações foram penalizadas. “De fato, o Brasil caracterizou-se por uma das piores experiências em matéria de exportação no mundo” (*idem*, p. 350).

### **A nova globalização capitalista: sob a sombra da *Pax Americana***

O período identificado com o sistema de Bretton Woods (1944-1971) conhece uma volta generalizada do crescimento econômico nas economias capitalistas (e mesmo em várias socialistas) e uma expansão ainda mais espetacular do comércio internacional. De toda forma, as economias socialistas sempre foram marginais em termos de participação na economia mundial, o que, em termos de divisão internacional do trabalho, significou também uma subtração significativa de operários eventualmente integráveis a um exército industrial de reserva do capitalismo industrial. O quarto de século de *golden age* e de hegemonia industrial americana deu lugar a relativo declínio nos anos 1980, mas a vitória na Guerra Fria confirmou a liderança mundial dos Estados Unidos. A despeito da recente existência do euro, e sem que se conceba uma volta ao padrão de Bretton Woods – isto é, alinhamento das paridades das moedas –, o dólar permanece, *faute de mieux*, a moeda de referência do sistema financeiro internacional. Mesmo numa era de *diminished expectations* (como referido pelo economista americano Paul Krugman), o argumento do declínio é certamente exagerado e os EUA continuarão a exercer a primazia econômica

mundial pelo futuro previsível, independentemente das (ou graças às) crises que poderão apresentar-se nos mercados cambiais e financeiros.

Outra parece ser a situação do Japão, o país que mais cresceu neste século, mas que começou a padecer de certos males que podem dificultar seu movimento de “irresistível” ascensão para a liderança mundial. Partilhando certas características da Grã-Bretanha, a ilha alcançou e de certa forma superou a tecnologia ocidental, tornando-se uma potência exportadora (mas, de modo algum livre-cambista), primeiro em produtos *labor*, depois *capital-intensive*. O Japão aderiu ao GATT e à OCDE não porque acreditasse nos princípios do livre mercado, mas porque queria ser aceito como membro pleno da comunidade internacional. Mas, depois de anos de sucesso, o modelo japonês também passou a apresentar fissuras, tornando mais improvável a substituição da *Pax Americana* por uma hipotética *Pax Niponica*. Em contrapartida, a China desponta como uma grande potência econômica e militar do século XXI, podendo talvez retomar, em algum momento, a liderança tecnológica que foi a sua até o século XV.

Entre meados dos anos 1980 e princípios dos 90, a realidade da fragmentação econômica e política do planeta mudou dramaticamente: não apenas alguns países da área “subdesenvolvida” passaram a se integrar decisivamente na economia capitalista madura – com oferta crescente de produtos eletrônicos e outros bens duráveis, ao lado das *commodities* tradicionais – como o mundo socialista simplesmente veio abaixo, deixando de representar uma alternativa ao “capitalismo realmente existente” e entrando no “purgatório” do sistema de mercado. O segundo mundo simplesmente desapareceu dos sistemas classificatórios da “geopolítica” e o terceiro não apresenta hoje contornos muito bem definidos, a despeito de que a maioria dos Estados membros da ONU possa ser legitimamente classificada como “países em desenvolvimento”.

Mesmo esses países, contudo, abandonaram o programa difuso de uma “nova ordem econômica internacional” e, superando a antiga rejeição dos capitais multinacionais, buscam atrair investimentos diretos que os habilitem a melhor competir segundo as regras institucionais negociadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Tivemos em conseqüência não tanto um “fim da história”, mas mais exatamente um fim da geografia, com a diluição das fronteiras políticas nacionais num vasto mercado de bens, pessoas e capitais. É a essa integração econômica mundial que se dá usualmente o nome de “globalização”, muito embora esse processo não seja uniforme nem tenda a produzir efeitos similares

para os diferentes grupos de países que hoje participam de uma mesma arena competitiva global. A integração dos ex-países socialistas e de muitas economias em desenvolvimento aos mercados globais agregou, de fato, muito pouco ao PIB mundial (talvez 15 a 18% do total, se tanto), uma vez que se tratava, notoriamente, de sistemas caracterizados por baixa produtividade geral, com reduzida capacidade para impactar de maneira decisiva a oferta ou a demanda globais de bens e serviços. Do ponto de vista da população economicamente ativa (PEA) engajada em atividades produtivas, o impacto da incorporação dessas economias "marginais" foi bem mais relevante para o sistema capitalista: pode-se estimar que o acréscimo de trabalhadores à divisão internacional do trabalho representou algo como 30% da PEA mundial, uma massa disponível para a extração de "mais-valia" pelos novos capitalistas "manchesterianos" da economia global (Almeida, 1999a). Esse "exército industrial de reserva" disputa, ainda que a taxas de produtividade inferiores, os postos disponíveis de trabalho na indústria com a velha "aristocracia operária" dos países desenvolvidos, reforçando, portanto, algumas das "paúras" mais frequentes associadas à globalização: o desemprego, a deterioração das condições de trabalho e a diminuição da renda pelo efeito da concorrência ampliada.

No caso do Brasil, uma evolução positiva para uma maior inserção econômica internacional começou a ser observada desde meados dos anos 1980 e início dos 90, quando se dá a partida, timidamente no começo, a processos de reforma tarifária e de liberalização comercial e de integração econômica com a Argentina, este último acelerado e ampliado de forma quadrilateral, em 1991, no contexto do Mercosul (Almeida, 1998). Em outros termos, o Brasil passou a incorporar-se, embora ainda timidamente, ao grande movimento de interdependência característico da economia mundial no final do século XX.

Nos últimos anos, sobretudo depois das crises financeiras inauguradas em 1995 no México, continuadas em 1997 e 1998 na Ásia e na Rússia e que engolfaram igualmente o Brasil em 1999, tornou-se quase uma noção de senso comum, tanto entre economistas como para o público em geral, a percepção de que a globalização teria ido "longe demais", provocando efeitos mais nefastos do que positivos para o conjunto de países envolvidos nesse aparentemente irrefreável processo de interdependência econômica internacional. No Brasil, em particular, disseminou-se também a impressão de que o País teria aberto indiscriminadamente sua economia ao investimento estrangeiro – via privatizações ou desregulação de setores antes reservados ao capital nacional – ou a de

que o Governo teria conduzido uma abertura comercial externa “irresponsável”, sem “reciprocidade e sem barganha”, dando início, assim, a uma fase de déficits comerciais crônicos em nosso balanço de pagamentos e, pior, a um processo de desmantelamento progressivo do parque industrial instalado.

A realidade das estatísticas e das evidências empíricas até aqui acumuladas em torno do efetivo impacto econômico da globalização no sistema econômico e social brasileiro é, contudo, bem mais matizada do que transparece através de uma leitura apressada dos periódicos especializados ou das colunas dos comentaristas econômicos, geralmente pessimistas em relação a esses fenômenos de abertura externa e de interdependência econômica internacional. O exame dos números relativos à inserção econômica internacional do Brasil modifica esse cenário negativo derivado de impressões não confirmadas pelos dados disponíveis. Ao contrário, as estatísticas indicam um nível mais satisfatório de desempenho econômico – e portanto de bem-estar social – a partir de níveis mais elevados de exposição ao comércio exterior e aos investimentos internacionais. A primeira correlação que salta aos olhos a partir de uma leitura da Tabela 2, relativa à inserção econômica internacional de países selecionados – compilada a partir de dados homogêneos organizados pelos economistas do Banco Mundial – é a de que há uma evidente vinculação empírica entre o nível do produto per capita e o coeficiente de abertura externa (isto é, a participação do comércio exterior na formação do PIB), tal como praticado pelos países em questão. Para tornar ainda mais eloqüente essa relação – que não é contudo absoluta –, um confronto ainda mais direto é oferecido através dos números alinhados na Tabela 3.

Com efeito, os dados alinhados no Tabela 2 são consistentes com uma velha verdade conhecida dos economistas e dos sociólogos do desenvolvimento: o comércio externo é um poderoso indutor de crescimento, de criação de riqueza e de modernização tecnológica. Estão ausentes do quadro os campeões absolutos em termos de percentuais de comércio em relação ao PIB, Cingapura e Hong-Kong – com índices respectivos de 316 e 247%, e renda per capita de 29 e 24,5 mil dólares –, uma vez que se trata de cidades-Estado com características muito peculiares no comércio de transbordo. O Brasil, como se pode aliás verificar nas Tabelas 2 e 3, é um dos países de menor coeficiente de abertura externa da América Latina e do mundo, sendo também notório que seu grau razoável de renda per capita esconde uma das mais gritantes disparidades distributivas de todo o planeta, provavelmente superior à

concentração registrada em todos os seus colegas da coluna de menor abertura comercial externa. A América Latina, aliás, fez notórios progressos em matéria de abertura comercial nos últimos dez anos, mas seu coeficiente é ainda inferior em 50% ao índice dos países desenvolvidos e mais de dez pontos abaixo da média mundial.

A segunda correlação empírica que transparece da observação da Tabela 2 é a de que uma maior exposição ao comércio exterior coincide manifestamente com o grau de proteção aparente (revelado na tarifa média aplicada às importações) dos países selecionados, muito embora tal situação seja bem menos evidente no caso dos Estados Unidos. Deve-se no entanto considerar o fato de que as grandes economias, os chamados "países-baleia", tendem geralmente a apresentar um menor coeficiente de abertura externa, ainda que este, no caso norte-americano seja praticamente o dobro do índice registrado para o Brasil. Em todo caso, uma maior taxa de proteção efetiva – de ordem tarifária e não-tarifária – contribui notoriamente para reduzir o papel do comércio exterior como indutor do processo de desenvolvimento e de modernização tecnológica. Uma terceira correlação refere-se ao duplo movimento dos fluxos de capital privado e de investimento direto estrangeiro como percentual do PIB, também notoriamente mais elevados nos países com maior coeficiente de abertura comercial. Pelos dados da última coluna desse quadro pode-se mais uma vez constatar que o Brasil, junto com a Índia, é um dos países menos "internacionalizados" do planeta, ao passo que o baixo índice apresentado pelo Japão parece ser compensado pelo vigor dos fluxos de capitais privados.

Algumas outras constatações a partir dos dados podem ser interessantes para a análise econômica, como a de que o crescimento líquido do comércio internacional foi mais importante nas economias com maior volume de comércio de bens como percentual do PIB e, de forma geral, com mais altos coeficientes de abertura externa. Em outras palavras, nações pouco "comerciantes" ou com uma exportação concentrada em um número reduzido de *commodities*, como é o caso do Brasil, tendem a apresentar menor dinamismo relativo no ritmo de crescimento e, supostamente, no processo de desenvolvimento. Finalmente, pode-se observar com uma certa satisfação que o Brasil aumentou significativamente o seu grau de abertura externa na década 1986-96, muito embora ele seja ainda notoriamente insuficiente para apoiar um processo sustentado e contínuo de modernização tecnológica e de distribuição dos frutos da riqueza produzidos pelo comércio exterior. Em es-

pecial, o comércio de bens como percentual do PIB de bens – indicador especialmente revelador do grau de inserção internacional da economia, uma vez que os serviços tendem a ser mais “*non-tradables*” que as mercadorias – é ridiculamente pequeno quando comparado aos índices de “gigantes” comerciais como Hong-Kong ou Países Baixos ou mesmo aos de países que não apresentam portos de grande transbordo comercial como México e Coréia.

O crescimento do comércio em relação ao PIB ocorre geralmente com tarifas menores, processo observado mesmo no México, que herdou o típico perfil tarifário do modelo substitutivo industrializador da América Latina, mas que operou uma dramática redução a partir dos níveis bastante altos conhecidos em meados dos anos 1980 (similares aos do Brasil e da Argentina, cujos direitos aduaneiros se situavam numa média de 45%). No caso do Chile, a tarifa única de 11% se apresenta na verdade com uma média de 7%, em virtude dos muitos acordos preferenciais já contraídos por esse país e trata-se, comprovadamente, da economia com maior grau de atratividade ao capital estrangeiro de toda a América Latina. Com efeito, a despeito da alardeada abertura brasileira ao capital estrangeiro, nosso País apresenta um dos menores índices de participação de investimento direto estrangeiro (IDE) no PIB, na média quatro vezes menor do que os países de alta renda. O que, finalmente, os dados revelam é que o Brasil ainda tem um longo caminho pela frente no sentido de uma maior inserção econômica internacional, processo que deve caminhar *pari passu*, como geralmente é o caso em todas as outras experiências conhecidas, com o desenvolvimento de seu mercado interno e com a incorporação de frações cada vez mais amplas da população economicamente ativas em setores da economia voltados para o comércio exterior.

## Conclusão

O debate sobre a globalização e seus (inevitáveis?) impactos sociais e econômicos tem sido contaminado, não apenas no Brasil mas de modo geral no mundo, por considerações passionais e por motivações políticas não de todo desprovidas de forte conteúdo ideológico. Do lado da esquerda, há notória prevenção não apenas contra o processo em si, mas contra a própria idéia de globalização, certamente derivada do preconceito tradicional dessa corrente contra o funcionamento de mercados livres ou desprovidos de qualquer forma de regulação estatal. A idéia de globalização tra-

duziria, assim, mais um recuo na possibilidade de se ter uma última linha defensiva, representada pelo Estado, contra as forças avassaladoras do capital, que seriam naturalmente concentradoras e descomprometidas em relação a normas mínimas de defesa dos direitos dos trabalhadores ou dos próprios "interesses nacionais". Do lado das chamadas "forças conservadoras", a marcha da globalização é considerada como inevitável e, de certa forma, desejável, uma vez que ela é identificada com a modernidade tecnológica e com a inserção econômica internacional.

O exame, mesmo perfunctório, das evidências empíricas, nos revelou um Brasil bem menos "globalizado" do que o imaginado usualmente. Como visto pelos dados estatísticos disponíveis, o Brasil é um dos países menos inseridos na economia internacional, com baixo coeficiente de abertura externa, uma pequena exposição à concorrência "predatória" de parceiros mais globalizados – tendo em vista, no plano tarifário e não-tarifário, os níveis relativamente elevados de proteção efetiva – e um grau ainda limitado de interdependência efetiva, com pequena participação dos fluxos de investimentos estrangeiros na formação bruta de capital fixo e no próprio PIB. Isso não impede, evidentemente, o Brasil de apresentar-se como um dos países mais "modernos" da periferia capitalista, com a presença crescente de todas as grandes marcas e produtos mundiais e uma notável capacidade de absorção de modas e modismos estrangeiros.

A opção pela privatização de setores até então monopolizados pelo Estado tende a ser considerada por alguns setores "anti-globalização" como uma manifestação de desmantelamento do setor público, em lugar de uma simples transformação do papel e das funções do Estado num sentido antes regulatório do que intervencionista. A aplicação do princípio do tratamento nacional nesses processos de privatização é vista antes como submissão ao capital estrangeiro do que como uma estratégia de valorização do patrimônio em licitação. O grau de "desnacionalização" da empresa nacional e a dominação do capital estrangeiro em certos setores da indústria têm sido apontados como fatores de debilitamento da economia brasileira, ou pelo menos como poderosas alavancas para a perda de soberania econômica e para a ausência de qualquer controle efetivo sobre os mecanismos decisórios vinculados a novos investimentos, conduzindo, no médio prazo, a uma drenagem de recursos internos e a uma situação de crescente desequilíbrio do balanço de pagamentos (debilitado, supostamente, pelas remessas de juros e lucros e por pagamentos abusivos de *royalties*, dividendos e serviços técnicos do capital estrangeiro).

Trata-se, provavelmente, de uma visão pessimista das possíveis interações entre o Brasil e a economia mundial, não confirmada nas demais experiências precedentes de abertura externa num contexto de desenvolvimento industrial já relativamente avançado. Por certo, o Brasil apresenta muitas outras debilidades estruturais, sobretudo do ponto de vista educacional e tecnológico, que puderam ser contornadas em outras experiências (como no caso coreano, por exemplo) mediante medidas precoces, relativamente extensas do ponto de vista social, de educação de massa, de treinamento profissional e, sobretudo, de políticas industriais adequadas, num contexto de proteção *à la List* das empresas nacionais. Na fase seguinte, muitas empresas, tendo feito sua “acumulação primitiva” sobre a base de um mercado protegido, encontram-se preparadas para realizar o “salto supranacional”, o que também deve certamente ocorrer no caso do Brasil, que realiza sua experiência “luxemburgueana” de exportação de capitais em direção da América do Sul, mais especificamente no contexto do Mercosul.

A dificuldade de determinadas correntes em aceitar essas transformações não tem tanto a ver com os “desafios” da globalização propriamente dita como com uma recusa do sistema de mercado enquanto tal, atitude partilhada de maneira paradoxal pela esquerda tradicional e por alguns setores do empresariado nacional. O equívoco da esquerda, motivado por um “pecado original” de indisfaçável sabor marxiano e perpetuado por décadas de cegueira econômica leninista, está em não perceber que o mercado é, parafraseando a famosa frase de Winston Churchill sobre a democracia, o pior de todos os sistemas alocativos, à exceção de todos os demais. Ele é, sem dúvida alguma, a melhor forma “societal” – isto é, não inventada pelo homem – de criar e distribuir riquezas.

Uma leitura de maior profundidade histórica, como a derivada da obra braudeliana, sobre a marcha da globalização desde eras pregressas da civilização ocidental evidenciaria a tensão inerente entre mercado e capitalismo, ao longo dos últimos cinco séculos, pelo menos. Num certo sentido, para Fernand Braudel, o capitalismo é mesmo uma espécie de “anti-mercado”, com fortes tendências à monopolização e à fuga da concorrência e, se é verdade que o capitalismo apenas se torna poderoso e dominante quando ele conquista – no sentido marxista – ou se alia ao Estado, é também verdade que a plena realização de todas as potencialidades do modo de produção “burguês” se torna apenas possível quando o Estado força o capitalismo a aceitar a concorrência e o

mercado. Tal é a missão que o Estado deve continuar a desempenhar na era da globalização.

Na outra vertente, a maior parte dos “males” atribuídos à globalização – desemprego, concentração de renda, aprofundamento das desigualdades regionais ou sociais – tem, na verdade, uma relação tênue com a “abertura indiscriminada” à concorrência predatória do exterior ou com a desnacionalização de setores considerados “estratégicos” da economia. Eles resultam, mais bem, de tendências potenciais pré-existentes, que são agravados pela falta de flexibilidade do sistema econômico (e político) em adaptar-se aos novos requerimentos da transformação estrutural da própria economia, como a inevitável “desindustrialização” em regiões do primeiro ou do segundo capitalismo e o crescimento progressivo de atividades “difusas” no setor de serviços. As economias que mais preservaram – ou mais exatamente, que criaram novos – empregos são aquelas que não tentaram bloquear essa transição para um novo tipo de terciário e as que mais têm dificuldades em manter o nível de emprego global são precisamente aquelas que, como na Europa, colocam diferentes obstáculos burocráticos à flexibilização do emprego nos setores tradicionais da economia.

Não se pode, evidentemente, negar que o processo complexo da globalização – que o marxistas apontariam como sendo caracterizado pelo “desenvolvimento desigual e combinado” das forças produtivas – aporte novas dificuldades, em termos de emprego, renda ou “relações de produção”, para as nações e as economias insuficientemente “globalizadas”, isto é, aquelas não-dominantes, como aliás ele o faz para as próprias economias inseridas de forma plena nesse processo. Mas é também um fato que as economias mais suscetíveis de produzir novas formas de emprego e novas fontes de criação de riqueza são aquelas inseridas de maneira voluntária e aberta na globalização, bem mais, em todo caso, do que as que tentarem se encerrar no casulo da “anti-globalização soberana”.

Com toda a evidência, a globalização, até agora, tocou muito pouco a economia brasileira, que deve e pode buscar caminhos soberanos para o exercício consciente de uma maior internacionalização dos circuitos produtivos internos. Nesse processo, o País não se tornará mais “dependente” dos capitais “especulativos” externos e sim, como foi o caso em todas as demais experiências conhecidas, mais “interdependente” da economia mundial. Pode-se argumentar, parafraseando a conhecida assertiva de George Orwell em sua novela política *Animal Farm (A Revolução dos Bichos)*, que alguns países sempre serão mais “interdependentes” do

que outros, mas os dados também indicam que os menos “interdependentes” não são manifestamente os de maior renda per capita.

### Referências bibliográficas

- Almeida, Paulo Roberto (1998). *Mercosul: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: LTr.
- (1999a). *Velhos e Novos Manifestos: o socialismo na era da globalização*. São Paulo: Juarez de Oliveira.
- (1999b). *O Brasil e o multilateralismo econômico*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- (1999c). *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco.
- (2000a). “A inserção econômica internacional do Brasil em perspectiva histórica”. *Cadernos Adenauer 2* [O Brasil no cenário internacional]. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, p. 37-56.
- (2000b). “Relações internacionais: ensaio de síntese sobre os primeiros 500 anos”. *Impulso: revista de ciências sociais e humanas*. Piracicaba: Editora Unimep, vol. 12, nº 27.
- (2000c). “O Brasil no processo de globalização: inserção econômica internacional e impactos econômicos e sociais”. In: Garcia Júnior, Armando Alvares (org.). *Globalização: impacto nas relações trabalhistas*. São Paulo: LTr.
- Maddison, Angus (1995). *Monitoring the World Economy, 1820-1992*. Paris: OECD.
- Peláez, Carlos Manuel & Suzigan, Wilson (1981). *História Monetária do Brasil: Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias* (2ª edição, revisada e ampliada). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

[Washington, 737: 05.06.00]

**Tabela 1**  
Exportações de mercadorias em % do PIB, 1820-1992

	1820	1870	1900	1913	1950	1973	1992
<b>Estados Unidos</b>	2,0	2,5	3,7	3,6	3,0	5,0	8,2
<b>Japão</b>	–	0,2	2,4	3,5	2,3	7,9	12,4
<b>Alemanha</b>	–	9,5	15,6	12,8	6,2	23,8	32,6
<b>França</b>	1,3	4,9	8,2	8,6	7,7	15,4	22,9
<b>Grã-Bretanha</b>	3,1	12,0	17,7	13,3	11,4	14,0	21,4
<b>Canadá</b>	–	12,0	12,2	15,8	13,0	19,9	27,2
<b>Austrália</b>	–	7,4	12,8	11,2	9,1	11,2	16,9
<b>China</b>	–	0,7	1,4	1,7	1,9	1,1	2,3
<b>Coréia</b>	0,0	0,0	1,0	4,5	1,0	8,2	17,8
<b>México</b>	–	3,7	10,8	14,8	3,5	2,2	6,4
<b>Argentina</b>	–	9,4	6,8	6,1	2,4	2,1	4,3
<b>Brasil</b>	–	11,8	9,5	7,1	4,0	2,6	4,7
<b>Mundo</b>	1,0	5,0	8,7	9,0	7,0	11,2	13,5

Fonte: Elaboração a partir de Angus Maddison, *Monitoring the World Economy, 1820-1992*.

Tabela 2

Inserção de países selecionados na economia mundial, 1986-1997

Países	PNB per capita (PPP*)	Comércio exterior como % do PIB		Comércio de bens como % do PIB de bens		Cresc. do comércio - cresc. do PIB %	Tarifa mediana (todos os produtos)	Fluxos brutos de capital privado como % do PIB		Investimento direto estrangeiro como % do PIB	
		1986	1996	1986	1996			1986-96	1990-96	1986	1996
Argentina	9.950	5,9	14,0	23,1	44,0	8,0	11,2	3,4	7,9	0,3	1,3
Brasil	6.240	5,8	10,2	26,0	24,9	6,8	12,2	3,2	4,6	0,1	0,7
Chile	12.080	11,6	18,9	85,9	...	4,5	11,0	5,0	8,8	0,5	3,0
México	8.120	6,8	26,1	51,2	143,8	7,3	13,1	5,9	6,6	0,6	1,0
Paraguai	3.870	8,2	29,3	45,5	115,3	12,3	9,4	4,0	3,9	0,0	1,1
Peru	4.390	6,6	13,0	...	...	4,2	13,3	5,3	5,2	0,1	3,3
Uruguai	8.460	14,7	22,8	68,4	89,1	6,8	9,7	3,2	11,9	0,3	0,7
<i>América Latina</i>	6.660	7,9	17,3	40,6	61,7	...	...	4,6	6,6	0,3	1,1
Índia	1.650	3,9	4,5	16,4	31,1	3,0	30,9	0,9	0,6	0,0	0,2
China	3.570	6,6	7,1	35,5	58,4	2,1	23,9	1,4	1,5	0,2	1,0
Hong-Kong	24.540	111,8	247,6	513,0	1.227,0	8,9	...	...	...	...	...
Japão	23.400	21,5	26,1	41,2	39,9	2,8	6,0	12,7	15,8	0,9	0,9
Coréia	13.500	33,6	46,7	115,0	118,0	4,5	11,3	3,5	11,1	0,8	1,1
Malásia	10.920	33,6	70,2	163,5	269,0	7,8	9,1	2,8	4,6	0,7	2,0
<i>Ásia Pacífico</i>	3.560	9,1	13,0	48,1	127,3	...	...	1,7	1,9	0,2	1,0
Alemanha	21.300	...	55,1	...	...	...	6,8	...	16,9	...	2,0
Canadá	21.860	45,6	58,5	112,4	...	5,1	8,5	12,6	15,1	1,9	2,3
Espanha	15.720	18,4	36,6	64,8	...	5,6	6,8	4,6	10,3	1,1	1,9
Estados Unidos	28.740	14,0	19,4	46,1	...	4,5	6,0	8,0	12,5	1,4	2,6
França	21.860	33,7	45,4	91,2	111,6	2,5	6,8	7,3	17,2	1,1	3,7
Países Baixos	21.340	86,7	106,4	139,9	541,5	1,9	6,8	20,0	35,5	4,0	9,0
<i>Países alta renda</i>	22.770	26,5	38,9	70,4	178,8	...	...	11,4	19,3	1,6	2,7
MUNDO	6.330	20,7	29,1	63,6	93,8	...	...	8,4	14,5	1,1	2,2

Fonte: World Bank, *World Development Indicators*, 1998 CD-ROM; \* = Paridade de Poder de Compra (Purchasing Power Parity), segundo estimativa do BIRD.

Tabela 3

Abertura comercial e renda per capita de países selecionados, 1997

Menor coeficiente de abertura			Maior coeficiente de abertura		
Países	Com.Ext/ PIB	PNB per capita	Países	Com.Ext/ PIB	PNB per capita
Burundi	4,2	590	Países Baixos	106,4	21.340
Índia	4,5	1.650	Suíça	89,9	26.320
Uganda	6,3	1.050	Suécia	87,2	19.030
Etiópia	6,8	510	Noruega	80,3	23.940
China	7,1	3.570	Dinamarca	73,7	22.740
Bangladesh	8,3	1.050	Áustria	71,6	21.980
Colômbia	9,5	6.720	Finlândia	70,1	18.980
Irã	9,6	5.530	Canadá	58,5	21.860
Paquistão	10,0	1.590	Alemanha	55,1	21.300
Brasil	10,2	6.240	França	45,4	21.860

Fonte: World Bank, *World Development Indicators*, 1998 CD-ROM (PNB em PPP).

## Quadro analítico

## Etapas das relações econômicas internacionais do Brasil, 1500-2000

Períodos	Produtos principais e mão-de-obra mobilizada	Região dominante e centro econômico	Diplomacia econômica: comércio, finanças, tecnologia, investimentos estrangeiros, imigração	Relações econômicas internacionais, política externa bilateral, processos relevantes na área econômica e na política econômica externa
1500-1530	Reconhecimento e extração de alguns poucos produtos naturais: pau-brasil, produtos da floresta; Índios	Mata atlântica; Dispersão: feitorias e entrepostos	Conquista e posse de novas terras sustentadas em bulas papais; Monopólios comercial e de distribuição de produtos das novas terras; Mobilização da mão-de-obra nativa, primeiros escravos da África substituem aborígenes; Primeiras incursões estrangeiras	Incorporação das novas terras aos circuitos mercantis, de maneira concomitante ou sucessiva a saques e espoliações; Acordos de "partilha do mundo" entre os dois reinos ibéricos são contestados pelas demais potências européias; A Espanha desfruta de terras mais ricas e de populações mais avançadas, Portugal deve contentar-se com povos do neolítico e com produtos exóticos.

1530-1580	Exploração mercantil dos produtos naturais e começo do cultivo da cana-de-açúcar; Índios, escravos africanos	Costa do Nordeste, alguns outros enclaves costeiros; Primeiras distribuições de sesmarias	Poder real realiza atribuições de terras pelo regime de capitanias hereditárias; Regime de concessões para exploração dos recursos disponíveis, com pagamento de dízimos e quintos; Esforço de povoamento com colonos, degredados, órfãos, condenados	Exercício do monopólio português sobre o Brasil gera contestação e tentativas de usurpação por outras potências européias; Intensificação do comércio de escravos cria fluxos triangulares entre os três continentes banhados pelo Atlântico.
1580-1670	Açúcar, tabaco, pecuária; Índios e escravos negros, tropeiros	Nordeste; Salvador (primeira capital administrativa)	Política de exclusivo colonial: todo o comércio passa pela metrópole; Dominação espanhola provoca invasões holandesas: começo da concorrência do açúcar antilhano; Meios de pagamento reduzidos ao mínimo: ouro em pó, moedas portuguesas e espanholas (dobrões, patacas, cruzados); Novas fontes de aprovisionamento de escravos na África	Estabelecimento do pacto colonial: exclusivo econômico metropolitano; regime do tráfico, monopólios de Estado e das companhias de comércio; dominação espanhola e invasões estrangeiras; Expansão do território pela ação de desbravadores.
1670-1790	Ouro e pedras preciosas, açúcar, pecuária; Escravos, faiscadores, tropeiros	Minas Gerais, costa do Nordeste; Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro (capital)	Auge do mercantilismo colonial português, com tentativas de modernização das atividades econômicas; Princípio de atividade manufatureira se choca com proibições régias; Punção fiscal gera revolta na colônia	Tratado de Madri (1750) consolida grande território já desbravado pelas penetrações bandeirantes em busca de ouro e de escravos índios; Desenvolvimento da economia interna (minas, pecuária, algodão); concessões de Portugal à Inglaterra; opressão fiscal da metrópole, quebra de monopólios pelas reformas pombalinas; esgotamento da economia do ouro.

1790-1808	Algodão, pecuária; Escravos, poucos trabalhadores livres	Vários arquipélagos econômicos; Rio de Janeiro	Crise do sistema colonial com o esgotamento das minas; Aprofundamento do controle colonial sobre atividades e circulação	Guerras napoleônicas afetam os fluxos de comércio na Europa e com as colônias; aprofundamento da dependência portuguesa da coroa inglesa e dos capitais britânicos; Capitais brasileiros mobilizados no tráfico escravo.
1808-1830	Algodão, café, tabaco, pecuária (nas armas do Império já figuram o café e o tabaco); Escravos, primeiros colonos; imigrantes suíços e alemães	Início da concentração no Sudeste: desenvolvimento das primeiras atividades fabris, expansão do café na região fluminense e da criação no Sul; Rio de Janeiro	Abertura dos portos; Tratado de comércio de 1810 dá 15% de tarifas para Grã-Bretanha; unificação dos direitos alfandegários em 15% (1824); Criação (1808) e falência (1829) do primeiro Banco do Brasil; instituição de taxas e impostos locais; o câmbio cai de 70 a 47 pence por 1\$000; em 1824, o primeiro empréstimo (3 milhões de libras); Liberação da atividade econômica; estímulo às indústrias; registro precoce de patentes; Concessão de sesmarias; novas rotas do tráfico; Convenção com a Inglaterra suprimindo o tráfico (1826)	Bloqueio continental; Congresso de Viena: rios internacionais e limitação do tráfico; independências na América Latina: G-B favorece ostensiva ou discretamente os processos nacionais; Santa Aliança; sistema de hegemonia concertada na Europa; doutrina Monroe proclamada pelos Estados Unidos; Tratados desiguais (1810) entre Portugal e Grã-Bretanha: convenções sobre a abolição do tráfico (1814); Guerra na Cisplatina, independência do Uruguai, sob pressão da Inglaterra; Revolução constitucional no Porto; tentativa de reconstituição do "pacto colonial"; processo da independência, mas o Tratado de Comércio de 1810 é confirmado junto com a abertura dos portos; Manifesto de 1822 sobre relações comerciais com nações amigas.

1830-1850	Café, algodão (estagnação da economia açucareira); Final do tráfico de escravos, ainda poucos imigrantes	Sul, Sudeste; Rio de Janeiro, São Paulo	Reorganização das relações externas no campo político e econômico: livre navegação no Prata; contestação e recusa dos tratados de comércio, fim dos privilégios para a G-B, déficits comerciais, protecionismo moderado (Tarifa Alves Branco, primeira tarifa protecionista); Diminuição do recurso aos empréstimos externos; Poucos investimentos externos, imigração reduzida, conflito com a G-B por causa do tráfico escravo	Revolução industrial dá liderança tecnológica e manufatureira à G-B, que também força a adoção do livre-comércio em seus parceiros comerciais; Ascensão da idéia liberal e revoluções democráticas na Europa; Crescente integração da periferia à economia mundial, como fornecedora de matérias-primas; Construção do Estado nacional: conflitos do Brasil na região do Prata e tentativa de delimitação das fronteiras com vizinhos amazônicos; Elaboração legislativa com relevância econômica: Lei de Terras, Código Comercial, leis de patentes, concessões de atividades econômicas, legislação bancária.
-----------	--	---	--	---

1850-1890	<p>Dominação econômica do café, surto temporário do algodão, começo do boom da borracha, pecuária; Tráfico interno, colonos europeus, tentativas de imigração chinesa</p>	<p>Sul, Sudeste, Amazônia; Rio de Janeiro, São Paulo</p>	<p>Diversificação da economia, primeiras siderúrgicas, ascensão do café; Política comercial (alternância de tarifas protecionistas-liberais) essencialmente fiscalista, apenas indiretamente industrializante; Novos empréstimos externos (vários para investimento, mas maioria para cobertura de déficits); "Diplomacia dos créditos externos" vinculada a objetivos geopolíticos do Brasil na Bacia do Prata (empréstimos ao Uruguai e Argentina); Investimentos estrangeiros, aumento gradual da imigração estrangeira, mas política errática nessa área; Primeira conferência internacional americana dá partida ao regionalismo multilateral</p>	<p>Renascimento dos imperialismos europeus, partilha da África e penetração na Ásia, com divisão progressiva da China; Conflitos no Prata e emergência de problemas de fronteira na Amazônia; diplomacia cautelosa, moldada no princípio do equilíbrio de poderes; Começo do declínio da hegemonia econômica britânica, diversificação de parceiros europeus e começo da presença norte-americana; Desenvolvimento da infra-estrutura (ferrovias, telégrafos); superávits comerciais; atividades fabris em diversos centros urbanos; Política reativa de atração de capitais produtivos e de novos inventos para o País; poucas reservas de mercado; ausência de critérios em política industrial; Brasil "presente na criação" das primeiras uniões de cooperação; precocidade na presença nos primeiros esforços de coordenação multilateral, mas pouca capacidade efetiva de influenciar as decisões das demais "potências" do concerto internacional.</p>
-----------	---	--	--	---

1890-1914	Borracha, café, algodão, mate, surtos iniciais de industrialização; Forte imigração européia, para o café e indústria; seringueiros, agricultores, primeiros operários fabris	Amazônia, Sudeste, Sul, mas industrialização ainda se faz em arquipélagos espalhados pelo País; Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro	Formulação de uma política comercial protecionista; diplomacia do café e empréstimos para sustentação do produto; Negociações de acordos comerciais com concessões limitadas (busca de redução nos direitos aplicados ao café) e caráter condicional da cláusula NMF; Recurso a empréstimos externos para consolidação de antigos; participação de estados e municípios em operações de financiamento externo; Estímulo à imigração subsidiada	Resolução dos problemas de fronteiras pela via das negociações diretas e do recurso à arbitragem internacional; Começo da "relação especial" com os Estados Unidos e do declínio da preeminência britânica; desenvolvimento do princípio americanista; competição pelo poder no Cone Sul e primeira tentativa de um "Pacto ABC"; Boom da borracha propicia ganhos a proprietários de seringais, comerciantes e compradores estrangeiros (a Amazônia se internacionaliza, antes de entrar em decadência); surto industrializador no Sudeste atrai investimentos diretos estrangeiros em serviços e na manufatura (nacionalismo republicano não impede investimentos estrangeiros em utilidades públicas).
1914-1918	Impulso industrializador; operariado fabril	Forte crescimento industrial em São Paulo	Política defensiva na maior parte das frentes de diplomacia econômica, com tentativa de limitação das perdas causadas pela ruptura das linhas de abastecimento e financiamento	Conflito na Europa provoca ruptura dos fluxos de comércio, de investimentos e de finanças: fim do laissez-faire econômico e do liberalismo comercial, forte intervenção dos Estados nas atividades econômicas; Tentativa de preservação da neutralidade e envolvimento na fase final da guerra européia.

1918-1929	O café confirma sua predominância; industrialização errática; Operariado paulista; emergência da burguesia industrial	Sudeste; São Paulo como centro industrial, Rio de Janeiro como centro financeiro	Diplomacia do café domina a política externa; Negociação de acordos bilaterais de comércio, com aplicação recíproca da cláusula NMF: revistos nos anos 1930; Empréstimos externos para estabilização da produção começam a ser feitos na praça de Nova York; Novos investimentos estrangeiros	Paz de Versalhes (esquemas restritivos de potências vencedoras) traz mais instabilidade na política internacional; Liga das Nações não consegue universalidade e eficácia; Tentativas (frustradas) de retorno ao padrão-ouro; decréscimo do comércio internacional e desenvolvimento de esquemas protecionistas e bilateralistas; Passagem da hegemonia britânica para a norte-americana (aumento dos investimentos diretos de firmas dos Estados Unidos).
1930-1945	Desenvolvimento industrial suscitado pela crise e depressão da economia mundial; Seletividade "racial" e profissional na imigração; restrições crescentes	Predominância econômica de São Paulo; tentativa de renascimento da economia da borracha na Amazônia; Desenvolvimento agrícola no Sul; Agravamento do atraso do Nordeste	Acordos bilaterais de comércio, geralmente de pequena duração (NMF incondicional e ilimitada) ou "provisórios"; regimes especiais de pagamentos (compensações com a Alemanha); Default, moratória e renegociação da dívida externa, em bases bilaterais; aumento progressivo das reservas em ouro; Alta seletividade na imigração, com introdução de critérios políticos e raciais	Crise de 1929 dá início a período depressivo na economia mundial: protecionismo comercial exacerbado, políticas cambiais marcadas por desvalorizações e desvinculação do padrão-ouro, controle de capitais, não-convertibilidade; Inadimplência brasileira e dificuldades de acesso a mercados suscitam política externa pendular (EUA-Alemanha); Medidas de liberalização e de restrição no mercado de divisas e introdução do sistema de licenças prévias para importação; Crises européias (guerra da Espanha, remilitarização da Alemanha) e início da Segunda Guerra Mundial: neutralidade e escolha de aliança com potências aliadas (EUA e G-B): participação na guerra; Fim da ditadura do Estado Novo e abertura econômica.

1945-1964	A industrialização ocupa o centro das políticas econômicas do Estado; Operariado fabril de SP; expansão das zonas de fronteira agrícola	Sudeste; esforços de incorporação de regiões mais afastadas à economia nacional; Concentração do crescimento no Sul-Sudeste	Política tarifária errática até adoção de nova pauta aduaneira, com alíquotas retornando ao conceito de <i>ad valorem</i> ; protecionismo vinculado a objetivos industrializantes; Políticas de controle cambial e abertura seletiva ao capital estrangeiro (tentativa de relação especial com os Estados Unidos); Promoção de acordos sobre produtos de base	Elaboração do sistema de Bretton Woods: FMI, BIRD e Organização Internacional do Comércio (não ratificada), substituída "provisoriamente" pelo GATT; Participação do Brasil na elaboração na "ordem econômica" do pós-guerra; presença em todos os foros relevantes; ativo relacionamento com os parceiros economicamente mais importantes; Diplomacia do desenvolvimento, com promoção da industrialização substitutiva; Adoção de perspectiva integracionista (criação da ALALC em 1960).
-----------	---	---	---	---

1964-1979	Busca da autonomia econômica e tecnológica pela autarquia; Engenheiros, tecnólogos, homens de negócios; "Exportação" moderada de mão-de-obra	Sudeste (indústrias de segunda geração); Expansão de metrópoles e de conurbações	Revisão da política comercial como instrumento de desenvolvimento: política tarifária pragmática na maior parte do período; alta proteção efetiva; Utilização de instrumentos cambiais (mini-desvalorizações a partir de 1967), monetários, creditícios e fiscais para estimular exportações e conter importações; Empréstimos comerciais, bilaterais e multilaterais vinculados a projetos de desenvolvimento; Novas leis de patentes e políticas setoriais industriais, com promoção de atividades estatais	Crise do sistema de Bretton Woods (1971) e flutuação de moedas: desenvolvimento dos mercados financeiros e crises energéticas (aumento do petróleo em 1973 e 1979); Reinserção, num primeiro momento, nas correntes dominantes da economia capitalista, depois prosseguimento de caminho autônomo de capacitação tecnológica; esforços de exportação e de diversificação da base econômica; iniciativas nos terrenos nuclear e de tecnologias sensíveis, com surgimento de contencioso externo com principal parceiro hemisférico; Acúmulo de grande dívida externa e de desequilíbrios setoriais e sociais; modernização econômica com pouco progresso social; Aumento progressivo da influência nos processos decisórios multilaterais; crises financeiras e de energia (petróleo).
-----------	--	--	---	---

1980-1993	Grandes transformações na base produtiva, mas esgotamento dos modelos de desenvolvimento; Banqueiros, financistas, tecnocratas	Sudeste, novas zonas de fronteira agrícola; Centros financeiros do Rio de Janeiro e de São Paulo	Protecionismo tarifário e não-tarifário; Crise da dívida e dependência dos mercados de capitais (empréstimos para financiar desequilíbrios); inadimplência ocasional, recurso ao FMI, moratória; Créditos externos no comércio com países em desenvolvimento; <i>defaults</i> dos tomadores de créditos; Política tecnológica associada a restrições patentárias; períodos de abertura e de fechamento em relação aos capitais estrangeiros; várias reservas de mercado e conceito de similaridade nacional; Impulso do regionalismo comercial	Estaglação e protecionismo na economia mundial; crises financeiras e inadimplência dos devedores; Rodada Uruguai do GATT e definição de novas regras para o comércio multilateral (inclusão de serviços e propriedade intelectual); Vigoroso protecionismo não-tarifário, sobretudo a partir das crises do petróleo e da dívida; aplicação extensiva da lei do similar nacional e de reservas de mercado (informática), lei restritiva de patentes e de reconhecimento de software; Crises econômico-diplomáticas com Estados Unidos (patentes, informática, farmacêuticos); Definição pela aliança especial com a Argentina; integração subregional (Mercosul).
-----------	--	--	--	--